
Aspectos da história operária: entre o público e o privado

*Benito Bisso Schmidt**

*Isabel Aparecida Bilhão***

*Maria Amélia Gonçalves da Silva****

Resumo: Este artigo apresenta aspectos da vida de três personagens relacionados ao movimento operário porto-alegrense do início do século XX. Pretende compreender a relação entre as características públicas e privadas da trajetória de cada um.

Abstract: This article presents aspects of life of three personalities related to the working movement in Porto Alegre in the early XX th century. It also intends to understand the connection between public and private characteristics of their trajectories.

Palavras-chave: Movimento Operário, público e privado.

Key words: working movement, public, private.

Os textos que seguem foram apresentados em uma sessão de comunicação coordenada, intitulada *Aspectos da história operária: entre o público e o privado*, no XX Simpósio Nacional de História da Anpuh – *História: Fronteiras* (Florianópolis, jul. 1999). Em todos, salienta-se uma preocupação comum: repensar determinados aspectos da história operária gaúcha no período da I República, a partir da trajetória de alguns de seus membros, sejam eles militantes destacados – Carlos Cavaco e Zenon de Almeida – apresentados respectivamente por Benito Bisso Schmidt e Isabel Bilhão, ou uma personagem reduzida ao silêncio pelo peso das hierarquias e preconceitos de gênero como Elisa Hedwig Augusta, apresentada por Maria Amélia Gonçalves da Silva.

Por muito tempo, esse tipo de enfoque biográfico foi visto pelos historiadores do movimento operário de duas formas antagônicas: ou como

* Doutorando em História Social do Trabalho pela Unicamp e Professor no Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

** Doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Professora nos Departamentos de História da Universidade de Caxias do Sul (UCS) e Faculdade Porto-alegrense (FAPA).

*** Mestre em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Professora no Departamento de História da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

uma maneira de enaltecer as qualidades dos *heróis* da classe operária (Marçal, 1995) ou, ao contrário, como uma perspectiva menor, que deveria ser preterida por abordagens centradas na infra-estrutura socioeconômica e nos sujeitos coletivos (Rodrigues, 1966; Petersen, 1977). Mais recentemente, verifica-se uma revalorização da biografia como gênero historiográfico (Bernardes, 1995; Duarte, 1991; Hecker, 1988; Leite, 1984; Schmidt, 1996), devendo-se salientar, contudo, que os trabalhos recentes diferenciam-se fundamentalmente da linha apologética de seus antecessores. Vejam-se algumas dessas novidades, também presentes nos artigos aqui publicados:

- os personagens estudados aparecem como *vias de acesso* para a compreensão de problemas mais amplos, e não como seres idealizados ou como encarnações de ideais político-ideológicos;
- procura-se apreender diversas facetas da vida dos biografados, e não apenas, como nos trabalhos mais tradicionais, sua atuação pública e seus *feitos notáveis*. Assim, salientam-s, nos textos, os afetos, o cotidiano, o privado, embora estes aspectos sejam muito menos visíveis na documentação disponível;
- finalmente, embora o foco centre-se em trajetórias individuais, buscase não perder de vista o *contexto*, não como algo externo aos personagens, mas como um “campo de possibilidades historicamente determinadas” (Ginzburg, 1989, p. 183) no qual eles atuam.

O trabalho com as fontes, as referências teórico-metodológicas e o diálogo acadêmico não excluem, entretanto, um olhar afetivo sobre os sujeitos/objetos das pesquisas. Se Cavaco, Zenon e Elisa não foram *heróis*, no sentido clássico do termo, foram sim pessoas que muito podem ensinar sobre sua época: um momento forte das utopias, quando a vida pessoal e a vida política pareciam ser uma coisa só.

Carlos Cavaco: um galã no movimento operário gaúcho (1878-1961)

Na Porto Alegre da primeira década deste século, quando aquele moço robusto e de belo físico, com punhos de aço e cara de galã de filme dramático, chegava à rua da Praia, as mulheres suspiravam. Vestido ao rigor da moda, de monóculo, *sapatos de polimento*, polainas, *gravata de alto preço*, cartola, bengala e luvas cor de pérola, Carlos Cavaco era uma espécie de “D. Juan dos pampas” (Caggiani, 1986, p. 98). O jornalista Pery Borges comenta que “as garotas passavam em procissão à frente da ‘Gazeta do Comércio’ – onde ele trabalhava –, para se embeberem na fisionomia franca, alegre, máscula e irresistível de Carlos Cavaco” (apud Caggiani, 1986). O próprio Cavaco afirmava que “muitos maridos que, quando em minha companhia, se mostravam

loquazes, e até carinhosos, fingiam que não me viam, ou não me conheciam, quando, acompanhados das dignas esposas, passavam por mim nas ruas” (apud, Caggiani, 1986, p. 98).

Provavelmente foi essa bela estampa que lhe garantiu o papel principal no primeiro filme de ficção produzido no Rio Grande do Sul, *O Ranchinho de Palha*, que estreou em 1909. Nele interpretava Vitor, um *galã gaúcho*, contracenando com sua esposa Rosita Luppi (*Correio do Povo*, mar. 1909, p. 6).¹

Outra arma fundamental da sedução de Cavaco era a voz: firme e forte, que chegou até nós gravada em discos. Ora tonitruante, ora suave, ora flor, ora *petardo*, ora *perfume de lírio*, ora “lava de vulcão” (Caggiani, 1986, p. 36-37),² essa voz não lhe servia apenas para sussurrar palavras de amor no ouvido das moças, mas também para agitar os trabalhadores porto-alegrenses que começavam seu processo de organização na capital gaúcha. Segundo o memorialista Nilo Ruschel, Carlos Cavaco “foi, entre nós, o precursor da agitação social, fazendo comícios para a classe operária no Largo dos Medeiros” (1971, p. 44).

Chegado em Porto Alegre em 1904, depois de uma infância pobre em Santana do Livramento, na fronteira com o Uruguai, e de uma juventude dividida entre a disciplina militar e o charme da boemia, Cavaco iniciou sua militância socialista provavelmente por influência de Francisco Xavier da Costa (1871-1934), o grande líder do movimento operário local de orientação social-democrata. Com ele redigiu o semanário *A Democracia* (1905-1908), no qual escrevia artigos conclamando os trabalhadores a se unirem para melhor reivindicar seus direitos. Em 24 de março de 1907, por exemplo, dirigindo-se aos tipógrafos porto-alegrenses, ele afirmou em tom imperativo: “formem, com os seus corações fraternados, o rochedo da união para que nele se quebre, impotente, a onda raivosa que vem do oceano da miséria” (*A Democracia*, mar. 1907, p. 2). No mesmo ano, publicou um folheto intitulado *Operários*, “cuja tese é a descrição da vida operária nas fábricas desta capital” (*A Democracia*, maio 1907, p. 4). Nele, ressaltava a importância da solidariedade entre os trabalhadores e os aconselhava a não se aliarem à burguesia: “que o operário não se vá ligar ao burguês contra o seu irmão de lutas, contra o seu companheiro de sorte. Dessa ligação ele, o trabalhador, será mais tarde o prejudicado. É a bilha de barro da fábula, fragmentando-se por se haver ligado na corrente à bilha de ferro.” Afirmava também que tal solidariedade era a base para a conquista dos direitos almejados: “8 horas de trabalho!... aumento de salário... que belo ideal tão fácil!... Primeiro a união; depois o triunfo” (*A Democracia*, maio 1907, p. 3).

Proclamações como essas faziam muito sentido naquele contexto, quando o movimento operário ensaiava seus primeiros passos e contava com

poucos participantes. A afirmação de uma identidade dos trabalhadores, dos *irmãos de lutas e companheiros de sorte*, por oposição à burguesia, parecia ser o primeiro passo para uma efetiva ação reivindicatória. Afinal, como afirma Hobsbawm, referindo-se ao caso da Inglaterra, “o hábito da solidariedade, que é o fundamento do sindicalismo eficaz, leva tempo para ser aprendido. [...] Leva mais tempo ainda para ser integrado ao código de ética incontestada da classe operária” (1998, p. 20).

Na afirmação dessa identidade, era preciso identificar claramente quem era o *outro*, ou os *outros*, os inimigos contra os quais deveria se dirigir a luta operária. De acordo com Sandra Pesavento, “enquanto processo de constituição da identidade, a auto-imagem do grupo fortalece a coesão interna, estabelecendo, por um lado, os elementos de regularidade e semelhança e, por outro, marcando as diferenças com os demais” (1994, p. 65). Cavaco, em seu “romance de combate” *Lama!*, de 1916, escreveu: “o soldado, o padre e o burguês, – eis a trindade ameaçadora que garante, protege e defende os tiranos dos povos na América!”

Em relação ao soldado, ele fazia uma ressalva:

[...] não se trata aqui da espada que se desembainha na defesa das grandes causas, das causas da Justiça, do Direito, da Liberdade. Trata-se da espada mercenária, a serviço da infâmia, aos caprichos da indignidade, suspensa, como um destino mau, sobre as garantias do pensamento, sobre a liberdade de consciência. A contraposição entre *espada justiceira e espada infame*.

Esse trecho é coerente com a trajetória pessoal de Cavaco, que havia lutado na Revolução Federalista (1893-1895) e sentado praça no Exército, além de ter se engajado na campanha pela participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial. Ele não advogava, portanto, um antimilitarismo radical, mas condenava a luta armada apenas quando esta não visava à defesa das *grandes causas* e sim de idéias indignas.

Já seu anticlericalismo manifestava-se, pelo menos durante esse período, de forma bem menos matizada (Caggiani, 1986, p. 79). De acordo com ele, “cada vez que o Vaticano, empanturrado de vinganças, de ódios e de ambições, abre as portas misteriosas do seu viveiro de abutres, um cataclisma se estende, como uma mortalha de angústia, sobre a face inteira da América.”

A burguesia, como não poderia deixar de ser, era outro alvo importante dos ataques de Cavaco: “o burguês vota ao trabalhador aquele ódio que impeliu o Atreu da lenda grega a fazer banquete dos corpos de Tântalo e de Plistrenes, dando-os a comer ao próprio pai” (1916, p. 131-177).

Além desses inimigos *externos*, havia um outro, talvez mais perigoso por estar infiltrado no seio da própria classe operária: o anarquista. Embora,

nesse período, os limites teóricos entre socialismo e anarquismo não fossem muito claros – o jornal *A Democracia*, por exemplo, considerava o geógrafo anarquista Elisée Réclus como “um dos vultos mais salientes da propaganda socialista” (*A Democracia*, jul. 1905, p. 2) – as disputas entre os dois grupos pela direção do movimento operário porto-alegrense (e brasileiro como um todo) eram intensas. Assim, Cavaco afirmava que “o anarquista é um ser propenso ao mal, sem a mínima inspiração para o bem”, com “idéias de extermínio”, prontos a sair “dos misteriosos covis onde habitam para morder traiçoeiramente as vítimas indefesas e descuidadas” (*A Democracia*, mar. 1907, p. 2).

O momento culminante da militância socialista de Cavaco foi a greve de 1906, a primeira greve geral do Estado, que tinha como reivindicação principal a jornada de oito horas de trabalho. Em 7 fevereiro de 1907, *A Democracia* lhe prestou uma homenagem e expressou sua gratidão a “esse nosso devotado amigo”. Segundo o jornal, “tendo aderido ao movimento operário pouco antes de estalar a ‘Greve dos 21 dias’, foi, neste movimento, um dos mais arrojados e infatigáveis auxiliares que tivemos na direção do mesmo” (*A Democracia*, fev. 1907, p. 3). Segundo o jornalista Amaro Júnior, Cavaco, “orador em um comício proletário na Praça da Alfândega, aconselhou os trabalhadores a procurarem os patrões a fim de conseguirem o novo horário com um ramo de oliveira em uma das mãos e uma bomba de dinamite na outra” (apud Caggiani, 1986, p. 64).

Para diversas categorias, o movimento encerrou-se com a aceitação da proposta da jornada de nove horas, negociada por uma comissão dos grevistas, liderada por Costa e Cavaco e por Alberto Bins, líder industrial, apesar da oposição dos anarquistas. Terminado o conflito, Cavaco retirou-se temporariamente para os bastidores do movimento operário, provavelmente devido aos ataques que lhe foram dirigidos pelos anarquistas. Em carta enviada a Costa, no início de 1907, afirmou:

Deves tentar, prezado Xavier [...] a arregimentação dos dignos filhos do Trabalho. Ampara-os com a tua sabedoria sempre evidenciada.

Eu te seguirei de longe, confundido na massa, até o momento em que se tornar precisa a minha presença na vanguarda. Não desejo, de forma nenhuma, ser considerado um ambicioso de glórias ou de popularidade – como fui considerado, e tu também o sabes.

Almejo, de todo o meu coração, as maiores felicidades para os operários que são os meus amigos. Não desejo, porém, obrigá-los à minha influência. Eles que escolham, por espontânea vontade, quem os deve guiar – se os dignos, se os indignos (*A Democracia*, mar. 1907, p. 1).

No ano seguinte, Cavaco fundou, com o marceneiro Luiz Leopoldo Wetter, o efêmero Partido Socialista de Porto Alegre e lançou a candidatura

deste último ao Conselho Municipal. Costa o apoiou com o seu Partido Operário, surgido em 1905, mas, mesmo assim, Wetter acabou derrotado.

Em 1911, foi um dos criadores da também efêmera *Confederação Geral dos Trabalhadores*, cuja meta era a instalação, na capital gaúcha, de uma *Câmara Rio-grandense do Trabalho*, para resolver, em última instância, os assuntos de interesse do proletariado.

Em fins de 1912, envolveu-se em rumoroso caso de amor, sendo acusado do seqüestro da menor Leonor Príncipe. O fato causou escândalo em Porto Alegre e, segundo Ruschel, “flutuou por muito tempo na maré alta dos comentários, nas rodinhas de café e, obrigatoriamente, nas salas e quintais da cidade baixa como da cidade alta” (1971, p. 40). Condenado, cumpriu um ano de prisão, de janeiro de 1913 a março de 1914, sendo alvo de uma grande aclamação popular quando saiu do presídio.

No ano de 1914, editou o jornal *A Vanguarda*, órgão do Partido Socialista. Participou também das manifestações antigermanófilas que agitaram Porto Alegre durante o primeiro conflito mundial.

Posteriormente, em 1918, envolveu-se em outro escândalo amoroso com a menor Carlota Granna. Temendo ser preso novamente, exilou-se no Uruguai, de onde participou da greve contra a companhia inglesa Armour, em Santana do Livramento. Viajou depois pela Bolívia, Portugal, Espanha e França, travando contatos com intelectuais e políticos. Chegou a ser nomeado cônsul de Portugal no Equador.

De volta ao Brasil, engajou-se na campanha da Aliança Liberal e na *Revolução de 30*. Vitorioso o movimento, estabeleceu-se no Rio de Janeiro, ocupando diversos cargos públicos, sobretudo no Ministério do Trabalho. Faleceu em Petrópolis, em dezembro de 1961, deixando diversos livros publicados e peças de teatro encenadas (Marçal, 1987, p. 8).

A trajetória de Cavaco, tão atribulada e multifacetada, pode ser analisada a partir de diversos ângulos: sua produção literária, suas relações amorosas, sua adesão ao trabalhismo, etc. Procurou-se apresentar, aqui, de forma mais detalhada, a participação do personagem no movimento operário porto-alegrense, sobretudo na primeira década deste século.

O jornalista João Batista Marçal, pioneiro no estudo das origens do movimento operário gaúcho, diz que o personagem “[...] foi o primeiro elemento de fora da classe operária, o primeiro pequeno-burguês que – mesmo cortejado pela classe dominante – por formação e espírito aventureiro abraçou a causa da classe trabalhadora” (1987).

Já Adhemar Lourenço da Silva Júnior, em sua dissertação de mestrado, partindo de um referencial teórico weberiano, apresenta Cavaco como “[...] a melhor expressão de um projeto de dominação carismática

dos socialistas para com o movimento operário”, sobretudo devido à sua eloquência (1994, p. 135).

Ivo Caggiani, por seu turno, biógrafo de Cavaco, ressalta os diversos ângulos de sua atuação:

[...] poeta, romancista, artista de cinema, conferencista, *boxeur*, lutador romano, jornalista, professor de esgrima, advogado, ator dramático, cantor de modinhas, chefe de gabinete de ministro, militar, tabelião, acadêmico, dramaturgo, radialista, filósofo, tocador de violão, desordeiro, brigão, domador de potros, revolucionário tudo isso com uma alma que era uma parte de D. Quixote, outra de Don Juan e outra de Martin Fierro [...] (1986, p. 123).

Sem dúvida Cavaco não era um operário, nem um artesão qualificado como o gráfico Xavier da Costa. Ele exerceu diversas profissões, principalmente o jornalismo e a advocacia, tornando-se, depois, funcionário público. Além disso, graduou-se e doutorou-se em Filosofia. Por isso, é possível concordar com Marçal quando afirma que ele era um elemento *de fora* da classe operária.

Seu carisma também é inegável, como bem salienta Silva Jr. Diversas fontes destacam o seu talento de orador, de *tribuno*, e, nesse sentido, parece que sua principal função no movimento operário foi a de agitador, de mobilizador dos trabalhadores.

Por fim, é impossível não concordar com Caggiani quando este afirma que “Carlos Cavaco foi e fez tudo em sua vida, que apresenta mil e uma facetas” (1986, p. 57).

Pensa-se que Cavaco representa a juventude romântica, boêmia, rebelde e aventureira, com pretensões literárias e filosóficas, que se sentiu atraída pelo socialismo heterogêneo e difuso do início do século, pelo que este significava em termos de contestação da ordem estabelecida, sobretudo no sentido de uma condenação moral das injustiças sociais. Mais do que um socialista convicto, Cavaco foi um “peregrino de todos os ideais enobrecedores”, um “legionário de todas as idéias grandiosas” (Caggiani, 1986, p. 118), segundo suas próprias palavras, tendo estabelecido uma relação mais afetiva do que ideológica com o movimento operário. O estudo de sua trajetória é importante pois mostra que, sob expressões genéricas como *militância* ou *movimento operário*, esconde-se uma grande diversidade de experiências, motivações e objetivos. Afinal, como afirma Marco Aurélio Garcia, a militância

[...] não é o resultado da ação de autômatos, de indivíduos abstratos que atuam mecanicamente em função de sua *consciência de classe*, ou das diretrizes políticas que emanam do partido, tudo isso dentro de um determinado contexto político nacional e internacional. Os

milитantes são pessoas concretas, homens e mulheres, portadoras de valores éticos, de convicções políticas, de influências religiosas e refletem, no seu cotidiano, sua formação cultural, seus antecedentes familiares e um conjunto de *determinações* que incidem na forma pela qual *aplicarão a linha* do partido na sociedade, seja através de um discurso, de um panfleto, de outras formas da *agit-prop* ou de uma ação violenta, armada (1997, p. 322).

Zenon de Almeida: entre a família e a militância operária

A trajetória de Zenon (Budaszewski) de Almeida é marcada por uma intensa militância, atuando tanto na organização de sindicatos das categorias profissionais as quais pertenceu – foi sapateiro, marinheiro e por fim químico industrial – quanto na divulgação da pedagogia racionalista. Trabalhou ainda como teatrólogo e articulista de jornais operários. Este texto propõe-se a apresentar alguns aspectos de sua vida familiar mesclando-os com sua vida pública, na intenção de perceber os pontos de convergência entre o público e o privado no contexto da organização operária.

Zenon participou da direção da Federação Operária do Rio Grande do Sul e lecionou na Escola Moderna, mantida por um grupo de militantes anarquistas, em Porto Alegre, onde conheceu Eulina Augusta Martins, também professora e militante, com quem veio a se casar, em meio às agitações grevistas, no ano de 1917.

Interessa-me perceber as interações entre os códigos da militância operária com a vivência familiar, entre o público e o privado, uma vez que a família em questão esteve presente, por mais de três décadas, na organização operária não apenas de Porto Alegre como também do interior do Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. As informações a respeito da família Martins/Budaszewski aqui, presentes, são retiradas, em grande parte, de uma entrevista realizada com Marat Martins Budaszewski, filho de Zenon de Almeida e de Eulina Martins.

Zenon nasceu em Porto Alegre, no ano de 1892, filho de uma família de imigrantes poloneses. Seu sobrenome familiar é Budaszewski, modificado para Almeida tão logo iniciou-se o período de sua militância. Atitude que demonstra a preocupação em relação à perseguição às lideranças operárias estrangeiras na República Velha. Seguiu, a princípio, os passos profissionais de seu pai Ignaci Budaszewski que era oficial sapateiro em Varsóvia, e deve ter seguido também seus passos ideológicos uma vez que Ignaci Budaszewski era socialista.

Uma das questões interessantes a respeito da formação básica de Zenon é a de que não bastou à sua família que ele apenas possuísse uma profissão. Zenon, aprendeu, de berço o Idiche e o polonês e foi matriculado numa escola alemã, passando a dominar também esse idioma. Aprendeu, ainda: música, canto e violão, adquirindo, portanto, uma firme base cultural.

Aos 14 anos, Zenon tornou-se órfão de mãe e saiu de casa logo que seu pai casou-se novamente. Ficou trabalhando em Porto Alegre ainda uns quatro ou cinco anos e, após, engajou-se num veleiro holandês como moço de bordo. Quando voltou era marinheiro, esteve cinco anos fora, fazendo navegação de cabotagem nos portos do Mediterrâneo, do Báltico e do Atlântico. Com isso, Zenon aumentou seu cabedal de idiomas, dominando o espanhol, o italiano e o francês.

Existem alguns indícios de que Zenon possa ter feito seus primeiros contatos com grupos anarquistas ainda nessa época, quando trabalhava em portos espanhóis. Além disso, trouxe da Europa uma boa biblioteca, que compreendia, entre outros, os livros de Química Industrial, que acabou, mais tarde, por tornar-se sua profissão definitiva.

Ao regressar da Europa, em 1912, Zenon instalou-se inicialmente no Rio de Janeiro onde manteve uma intensa militância. Dentre outras atividades, ajudou a organizar e dirigiu o Sindicato dos Sapateiros, participou da reorganização da Central Operária Brasileira (COB), trabalhou com um grupo de teatro operário chamado Grupo Dramático da Cultura Social e escreveu artigos para o jornal *A Voz do Trabalhador*. Ainda nesse período conheceu o militante gaúcho Henrique Martins³ (Processo-Crime, 298, 1911), que estava vivendo no Rio, foragido da justiça porto-alegrense e usava, então, o pseudônimo de Cecílio Vilar e que viria, alguns anos mais tarde, a se tornar seu cunhado (Marçal, 1995, p. 33-43).

Por volta de 1914, Zenon transferiu-se novamente para o Rio Grande do Sul, estabelecendo-se brevemente na cidade de Pelotas onde passou a desenvolver a atividade de auxiliar químico, enquanto, paralelamente, participava do grupo teatral operário e ajudava a reorganizar o sindicato dos sapateiros, trabalhando como professor voluntário no Ateneu Operário Pelotense, onde já demonstrava estar influenciado pelo ensino racionalista do espanhol Francisco Ferrer y Guardia. Entretanto, continuou mantendo contato com seus companheiros de militância do Rio, escrevendo para a revista *A Vida*, editada pelo gaúcho Orlando Corrêa Lopes.

Em 1915, passou pela cidade de Rio Grande onde fez algumas palestras na *União Operária* e se deslocou, então, para Porto Alegre onde, a convite de Henrique Martins, passou a fazer parte da diretoria da *Federação Operária do Rio Grande do Sul* (Forgs).

Em Porto Alegre, Zenon, que em muitos de seus artigos assinava com o pseudônimo de Espártaco do Sul, passou a militar pela *Força* e a lecionar na *Escola Moderna*. Ali iria conviver com importantes líderes operários gaúchos, dentre eles, Polydoro dos Santos⁴ (Gertz, 1989, p. 124-146) e conhecer sua futura esposa, Eulina Augusta Martins, que também era militante e professora da *Escola Moderna* e irmã de Henrique Martins.

Mas Eulina Martins Budaszewski, não é apenas a esposa de Zenon, antes de conhecê-lo, Eulina e suas irmãs Espertirina, Dulcina e Virgínia e seus irmãos Henrique e Nino Martins – nascidos todos no interior do Rio Grande do Sul, no distrito de São Gabriel da Estrela,⁵ já haviam tido contato com o ensino racionalista e libertário da professora Malvina Tavares, uma das pioneiras na difusão da educação laica, nos moldes da *Escola Moderna*, no interior do Rio Grande do Sul.

E, mesmo vivendo a rotina diária dos trabalhos na lavoura, todos eles buscaram aprofundar o domínio teórico-intelectual iniciado com a professora Malvina. Quando se mudaram para Porto Alegre, seguindo as pegadas do irmão mais velho, Henrique, traziam, na bagagem, além das discussões e leituras iniciadas no interior da escola de São Gabriel, a vontade de aprofundar o conhecimento e a militância. Os rapazes já vinham com uma formação técnica profissional: seu pai fez questão que aprendessem as artes da tipografia, e Eulina trouxe a vontade de se tornar professora da *Escola Moderna* de Porto Alegre, provavelmente para poder continuar as discussões e estudos iniciados com Malvina.

Ao recordar-se de sua mãe e de suas tias Marat Budaszewski pensa nelas como

[...] mulheres normais, mulheres bonitas, mas que tinham um algo mais....que os homens adoram muito, eram mulheres intelectuais, então seus casamentos também foram motivados ideologicamente, nos grupos que freqüentavam, na escola Eliseu Réclus, na Escola Moderna, conheceram seus companheiros....af surge o amor...surge o namoro e se casam...

E por falar em casamento, o de Zenon e Eulina aconteceu no agitado ano de 1917, ano de greve geral, de enfrentamentos violentos com a polícia, de tumultos de rua e de mudança na vida do casal. Segundo Marat, a saída de Zenon e de Eulina de Porto Alegre ocorreu porque as lideranças operárias anarquistas teriam se recusado a aceitar o acordo feito entre o governo do Estado (Borges de Medeiros) e as demais categorias.

Mas uma outra versão de um militante anarquista que viveu em Porto Alegre, nessa mesma época, Friedrich Kniestedt, dá conta de que Zenon teria

saído da cidade rompido com seus companheiros de militância. Esse rompimento teria sido motivado por ele não ter assumido, juntamente com Polydoro dos Santos e com o próprio Kniestedt, a autoria de alguns artigos publicados no jornal operário *O Syndicalista* que denunciavam os estragos feitos pela intervenção policial na sede da Federação Operária (Gertz, 1989, p. 130).

De uma maneira ou de outra, Eulina e Zenon mudaram-se de Porto Alegre para Rio Grande, onde ele trabalhou como químico industrial. Mas a estada foi bastante curta, transferiram-se, em seguida, para Pelotas onde, em 1918, nasceu na sede da União Operária, o primeiro filho do casal, Marat.

Entretanto, a permanência em Pelotas também não durou muito, pouco tempo depois a família já estava em Santa Maria, onde nasceu a segunda filha, Laura. O motivo dessas rápidas mudanças era, segundo Marat, a agitação provocada pelos panfletos produzidos por Zenon em seu prelo portátil e distribuídos nas portas das fábricas. Tanto assim que a família foi expulsa do Rio Grande do Sul em 1919. Nas palavras de Marat: “em Santa Maria, o prelo foi apreendido; em 24 horas a família foi colocada com todos os seus trastes num vagão especial da Viação Férrea, vigiada, e deixado na cidade de São Paulo”.

Em São Paulo, a família entrou em contato com Edgar Leuenroth e decidiu, então, estabelecer-se no Rio de Janeiro, na Ilha do Governador. Hospedaram-se na casa de uma outra família de anarquistas até se mudarem para Campos, onde fixaram residência.

Em Campos, a casa de Zenon e de Eulina tornou-se ponto de referência e abrigo para outros militantes anarquistas saídos do Rio Grande do Sul. Ali abrigou-se o irmão de Eulina, Nino Martins⁶ (Silva Jr., 1994, p. 254; Petersen, 1995, p. 138-140), antes de ser preso pelo governo Arthur Bernardes e deportado para uma prisão/campo de concentração no Oiapoque; nessa mesma casa ocorreu o casamento do militante anarquista gaúcho Djalma Fettermann com Dulcina Martins, irmã de Eulina.

Zenon não voltou mais a Porto Alegre, faleceu repentinamente, de uma parada cardíaca, em 1939, aos 47 anos. Eulina regressou com a família para Porto Alegre e, em 1945, tornou-se militante do Partido Comunista, assim permanecendo até seu falecimento aos 77 anos.

Pensa-se que esse breve relato de história familiar pode suscitar algumas reflexões. Inicialmente, destaca-se a importância da afetividade e da solidariedade como componentes relevantes da história dos trabalhadores e, arrisca-se a supor que, muitas vezes, o que garante a continuidade e a motivação ao movimento são justamente essas ações concretas de solidariedade, ou seja, é na vida cotidiana que se forma a coexistência social – onde ocorre permanentemente a relação entre o indivíduo e o grupo, onde o indivíduo

não está isolado, ao contrário, liga-se a uma comunidade por uma série de laços de afeto, de costumes cotidianos, de ações. Acredita-se que são exatamente essas ligações afetivas e essas ações solidárias que impulsionam as utopias presentes no movimento operário.

É, evidentemente, em nome da causa operária que se fundam as escolas e os jornais anarquistas, que ocorrem as greves e as agitações. Ligando essas pessoas estará uma forte afetividade, que gera um sentimento de confiança. Essa afetividade não procede somente dos laços familiares que as unem, procederá, também, da solidariedade e da amizade que se geram no interior do movimento, abrangendo outras pessoas. Dessa forma, ocorre também o amor, o namoro e os casamentos, gerando novos laços de parentesco no interior da militância.

Nesse contexto, torna-se muito difícil separar o que, em um determinado momento, é relação afetiva, amizade e solidariedade familiar na organização operária, ou seja, o mundo público do mundo privado. É na casa de companheiros, nas sedes das associações que, muitas vezes, os militantes em fuga irão se abrigar. Ali, eventualmente, ocorrerá um casamento e o nascimento de um filho.

Igualmente interessante é perceber que essa mistura, entre os códigos familiares e de afetividade com a militância operária, irá transpor as barreiras geográficas, não se restringindo a uma ou a outra cidade, a um ou a outro Estado, espalhando-se por onde estão as pessoas e o envolvimento afetivo, ajudando a inaugurar novos núcleos de militância, a garantir a fuga e a sobrevivência.

Resumindo e concluindo, a transmissão da ideologia não ocorre apenas de maneira formal, durante greves e agitações, tampouco ocorre apenas nos espaços sindicais ou nas federações: a organização operária encontra espaço fértil também em volta das mesas dos bares, dos cafés, no interior das casas e das pensões, da mesma maneira que a educação dos filhos e o convencimento dos novos participantes transbordam de afetividade.

A organização de estratégias e de agitações e mesmo dos textos que serão publicados nos jornais, muitas vezes, ocorre em conversas informais, entre familiares e amigos. O movimento operário convive, portanto, com a solidariedade e o afeto, e esses são componentes importantes, que merecem ser incorporados aos estudos sobre a memória operária brasileira.

Entre a anarquia e o silêncio: a trajetória de Elisa Hedwig Augusta

Uma foto da fachada de uma modesta livraria que, porém, ostenta um nome grandiloqüente: *Livraria Universal*. No canto esquerdo, à porta, um casal de meia idade. Sua imagem e, principalmente, seus rostos estão obscurecidos pela iluminação e pela distância que o fotógrafo tomou ao registrar

a cena. Fica claro que o motivo mais importante a ser assinalado na fotografia é a fachada da loja, onde se destacam as vitrines abarrotadas de livros e quinquilharias. Os proprietários ocupam posição secundária. O rosto da mulher está mais encoberto pelas sombras do que o do homem, que se destaca a partir do colarinho branco de sua camisa. Ela, ao contrário, veste-se totalmente com cores escuras, e suas roupas confundem-se com as sombras que vêm do interior da loja.

Logo abaixo, lê-se um trecho das memórias:

Em fevereiro de 1925 abri uma livraria com o nome de **Livraria Universal**. Inicialmente pequena, minha mulher cuidava dela ao lado dos seus afazeres normais. Em 1927 vendemos nosso terreno e ampliamos o negócio transferindo-o para a Rua Voluntários da Pátria, 1195, onde ganhávamos o suficiente para o nosso sustento [...]. As vitrines da minha loja há muito tempo representavam uma trava no olho dos nazistas; ali eram expostos livros de autores que estavam proibidos no *Terceiro Reich*. Havia inscrições berrantes: *proibido por Hitler, noite de São Bartolomeu, Hitler, tuas vítimas acusam* (Gertz, 1989).

Essa foto e trecho encontram-se na contracapa das *Memórias de um imigrante anarquista* de autoria de Friedrich Kniestedt traduzidas e organizadas pelo historiador René Gertz.

O casal fotografado é o militante anarquista Friedrich Kniestedt e sua mulher, Elisa Hedwig Augusta. É dela que se tratará nesta comunicação.

Mas por que o interesse na biografia de Elisa Kniestedt?

Ele surgiu na época em que era elaborada a dissertação de mestrado, onde se procurou identificar como o discurso masculino – tomado, especificamente naquele trabalho, pelas falas das autoridades judiciárias e de lideranças operárias locais – silenciou sobre as práticas de vida e as formas de resistência que as operárias de duas cidades industriais localizadas ao Sul do Rio Grande do Sul, no início deste século, desenvolveram diante das tentativas de normatização de seu comportamento, bem como a sua participação no movimento operário da região (Silva, 1998).

Em meio à revisão bibliográfica necessária para a elaboração da dissertação e já um tanto familiarizada com a discussão acerca da invisibilidade que a participação feminina assumiu nos movimentos sociais e partidos políticos brasileiros, deparou-se com as *Memórias de um imigrante anarquista* – originalmente publicadas em língua alemã, por Kniestedt no jornal antinazista *Aktion* que editou entre 31 de março de 1934 e 10 de outubro de 1937 –⁵ com a presença de Elisa Augusta que, silenciosamente, brotava daquelas páginas.

A primeira referência feita a Elisa nas *Memórias* de seu marido Friedrich Kniestedt é indireta: trata-se da notícia de seu casamento ocorrido em 1896,

quando ele contava com 33 anos de idade e já há 8 anos dedicava-se à militância política. Nessa época, Friedrich Kniestedt havia se estabelecido na cidade alemã de Aken, onde havia montado uma pequena fábrica de escovas, tornando-se, conforme suas próprias palavras, “um artesão bem-instalado” (Gertz, 1989, p. 16). Quanto ao seu casamento com Elisa, Kniestedt faz a seguinte avaliação:

Foi nesta época que cometi o maior erro que uma pessoa igual a mim pode cometer. Casei. Prendi uma pessoa a mim, pus grillhões em mim mesmo e tomei a liberdade desta outra pessoa. Evidente, nesta época eu ainda não tinha consciência do conteúdo desta filosofia. Só na minha vida posterior reconhecerei que se deve considerar como crime, quando uma pessoa que quer servir à liberdade da humanidade se casa, isto é, funda uma família e depois obriga essa sua família a conviver com a miséria e os perigos de um perseguido político. É verdade que até hoje procurei, através do trabalho incansável, cumprir as obrigações que assumi com o casamento. Mas aí há um crime; fui obrigado a tomar precauções e com isso relaxei minhas obrigações revolucionárias (Gertz, 1989, p. 16).

O casamento deu-se em maio e, em agosto, Kniestedt foi preso iniciando o cumprimento de uma pena de nove meses. Ao se referir a esse episódio, desabafa: “Nesta hora ficou claro para mim que é um crime casar-se, quando se luta pela liberdade” (Gertz, 1989, p. 16).

É avaliando seu casamento como um *erro*, um *crime* que Kniestedt introduz nas *Memórias* a participação de Elisa Augusta na sua vida de militante anarquista. A partir daí, passa a se referir a Elisa sempre se utilizando da expressão *minha mulher*.

Quando no dia 20 de agosto Kniestedt despediu-se de seus companheiros, de sua mãe e de Elisa, rumando para a cidade de Neuruppin onde seria julgado, não imaginava que seria condenado a uma pena tão severa e nem que a prisão ocorreria imediatamente após o julgamento.

Elisa ficou em Aken esperando o regresso de Friedrich e como este tardava mais do que o esperado acabou solicitando informações do paradeiro do marido, via telégrafo, para o tribunal de Neuruppin. Kniestedt foi autorizado, então, a lhe escrever uma carta comunicando-lhe o ocorrido.

Em 30 de agosto, o militante abre mão de interpor qualquer recurso pela sua liberdade perante o juiz e abraça a vida de presidiário. A 12 de setembro, Elisa escreve uma carta ao marido. Nesta, ela o tranquiliza quanto ao seu destino enquanto ele estivesse na prisão: sua sobrevivência – bem como as custas do processo – estavam garantidas graças à mobilização e à solidariedade de antigos companheiros.

Kniestedt continuou na cadeia, com a propaganda socialista proibida e, por esse motivo, acabou sendo transferido de Neuruppin para a prisão de Wittenberg, no Elba, onde cumpriu sete meses de sua pena. Nessa prisão, a comunicação com Elisa por meio de cartas se fazia semanalmente devido a uma engenhosa estratégia desenvolvida pelos presos.

No Natal de 1896, Elisa recebe, enfim, autorização para visitar o marido na cadeia. Ele, porém, a desaconselha a empreender a longa viagem, mas mesmo assim, Elisa vai encontrá-lo. Kniestedt descreve o encontro:

De repente, toca a sineta, ouço vozes, minha mulher é levada até o gabinete do administrador, minha cela é aberta, sou levado pela escada para o andar de baixo e apareço com a minha roupa já descrita, quase irreconhecível de tão magro diante de minha mulher. Que reencontro! Minha mulher arriscara demais. Ela soltou um grito e desmaiou. Quando ela se acalmou, tinha passado o prazo de 20 minutos de visita e eu fui levado embora, sob protesto, sem ter trocado uma palavra com ela. Da minha cela ouvi como minha mulher chorava ao deixar o presídio (Gertz, 1989, p. 23).

Embora a descrição acima ateste um abalo emocional sofrido por Elisa – o que poderia confirmar sua fragilidade e, conseqüentemente, a posterior avaliação feita por Kniestedt do seu casamento – as tímidas descrições de sua ação com o companheiro, nesse turbulento início de casamento, já dão indícios de se tratar de uma mulher forte e corajosa: é ela quem procura descobrir o paradeiro do marido que tarda a voltar; é ela quem articula os meios para a sua sobrevivência e escreve para tranquilizá-lo e, por fim, demonstra autonomia quando, apesar das insistências ao contrário, resolve visitá-lo na cadeia.

Quando Kniestedt sai da prisão em junho de 1897, Elisa o está esperando na estação. Após seu regresso a Aken, Kniestedt resolve romper com a Igreja Evangélica sendo acompanhado por Elisa nessa decisão.

A partir de então, inicia a longa peregrinação do casal com seus dois filhos por diversas cidades alemãs em busca de trabalho que lhes garantisse a sobrevivência, nunca, porém, fixando-se muito tempo em cada uma delas devido às atividades políticas desenvolvidas por Kniestedt.

Em 1898, morando próximo a Dresden, Elisa perde um filho recém-nascido e se instaura uma polêmica envolvendo o enterro da criança, pois devido ao fato de esta não ser batizada, o pastor evangélico da localidade nega-se a enterrá-la. Elisa, nessa ocasião, encontrava-se enferma. A contenda entre Kniestedt e o pastor acaba por lhe custar a casa. A família acaba sendo despejada e se transfere para uma aldeia vizinha, mas não fica lá por muito tempo: em 1900, estavam em Lippstadt, na Westfália; já em 1905, encontravam-se em

Berlim. Nessa época, Kniestedt era dirigente da associação dos escoveiros e pinceleiros, trabalhava numa fábrica de escovas industriais e morava com Elisa e seus quatro filhos num quarto e cozinha de fundos na zona norte de Berlim.

A situação da família, nessa época, não era das melhores. Kniestedt relata que Elisa adoeceu, ficando acamada por um bom tempo. Nasceu mais um filho, enquanto dois faleceram. Nessa parte de sua autobiografia, Kniestedt queixa-se dos afazeres domésticos que devia desempenhar, da falta de dinheiro e, por fim, do desemprego que sobreveio pouco antes do Natal de 1905.

Mas logo em seguida, como ele mesmo refere, torna-se um *trabalhador de escritório* desempenhando a função de intermediador de empregos na Associação dos Auxiliares do Comércio berlinense e, alguns meses depois, torna-se redator do jornal dessa associação, tarefa que desempenha até sua saída da Alemanha em 1908 (Gertz, 1989, p. 40).

A militância política de Friedrich Kniestedt era incessante nessa ocasião sendo constantes os atritos com a polícia. A residência dos Kniestedt, bem como o escritório da Associação dos Auxiliares do Comércio eram alvo preferido de *batidas* policiais em busca de panfletos ou de qualquer outro material que o incriminasse no desempenho de atividades subversivas. E lá estava a presença de Elisa cuidando “para que os policiais não tivessem a oportunidade de esquecer na nossa casa o que quisessem encontrar, isto é, trazer, para depois achar”(Gertz, 1989, p. 48).

Nos anos de 1907-1908, Kniestedt, já tendo abraçado o anarquismo, empenhava-se na luta antimilitarista e se sentia ameaçado e perseguido. Resolveu, então, sair da Alemanha. Nessa época, a família compunha-se do casal e de três filhos (de 5, 8 e 11 anos de idade), pois tinham perdido uma menina de 7 anos em 1907, o que muito os abalou.

Kniestedt deixou Elisa e os filhos temporariamente com sua mãe em Köthen, (onde sofreram interrogatórios da polícia sobre seu paradeiro) e rumou para Paris. Lá chegando, refere-se à dificuldade com o idioma, relatando que se comunicava com alguns companheiros através do *esperanto*, língua que também tinha pouco domínio. Quando Elisa e as crianças mudam-se para Paris, a vida dos Kniestedt fica mais fácil na *cidade-luz* graças aos laços de solidariedade que se formam entre ela e a mulher de um dos companheiros de Friedrich. Elisa, algum tempo depois, já dominava o idioma francês, por meio do qual, segundo, Kniestedt, “começou a entender-se com as vizinhas” (Gertz, 1989, p. 61).

No ano seguinte, 1909, ouvem falar na fundação de uma *colônia vegetariana* no Paraná, estado localizado na Região Sul do Brasil e junto com mais duas famílias amigas resolvem emigrar. A viagem transcorre sem conforto, mas também sem maiores incidentes. Ao chegar ao Brasil, as dificuldades

começaram a aflorar. A família Kniestedt rumam para o Paraná em busca da colônia *Zukunft* (Futuro) da qual tinham ouvido falar em Paris e que estaria localizada às margens do rio Ivaí. Essa colônia formaria uma comunidade assentada sobre idéias de caráter utópico: nudismo, vegetarianismo, comunismo. Mas quando Friedrich e Elisa lá chegam com suas crianças, são recebidos por apenas oito pessoas que lá viviam (uma família e três homens solteiros). Resolvem, então, se estabelecer como pequenos agricultores nas terras próximas à frustrada colônia *Futuro*.

As dificuldades no trato com a terra, a inclemência de uma natureza desconhecida, a falta de meios de comunicação e de transporte adequados fazem-se presentes, transformando a vida no interior do Paraná em uma luta constante. Mais uma vez, Kniestedt menciona a atuação de Elisa no sentido de estabelecer laços de solidariedade com a vizinhança, o que se constituía em ação fundamental para a garantia da sobrevivência do grupo familiar num meio tão hostil.

Mas a permanência no interior do Paraná também não é longa. Os Kniestedt voltam à estrada. Primeiro, rumam para as fazendas de café em São Paulo, onde trabalham na colheita e, posteriormente, Friedrich emprega-se como operário fabril em Ribeirão Preto onde as crianças contraem malária. Em 1912, segundo Kniestedt, seguindo recomendações médicas, Elisa e as crianças partem para a Alemanha novamente.

Friedrich, a princípio, ficou no Brasil, mas acabou retornando para a Europa algum tempo depois. Em seu regresso, encontrou Elisa “sentada atrás da máquina de costura; ela arrumara um trabalho como costureira de aventais.” A alegria do reencontro foi grande, mas em pouco tempo, as atividades políticas de Friedrich – notadamente sua campanha contra o militarismo – colocaram a família em sobressalto. A polícia estava novamente em seu encalço e lá estava Elisa para lhe apontar uma saída, sugerindo voltar para o Brasil (Gertz, 1989, p. 87). Mas a prisão veio antes... dessa vez, foi condenado a quatro meses.

Foi somente em julho de 1914 que os Kniestedt retornaram para o Brasil. Novamente tentam a vida como colonos no Paraná. Durante algum tempo, progridem como pequenos proprietários. Friedrich reeditou o velho ofício e, nas horas vagas, confeccionava escovas para roupa e cabelo que eram vendidas na cidade por Elisa e seu filho mais jovem, Walter, que, na época, contava com 12 anos. As jornadas até a cidade duravam até 8 horas e eram realizadas a pé por Elisa e o menino, pois até conseguirem comprar uma carroça, o velho e manso cavalo da família era utilizado para carregar a mercadoria.

A vida na colônia Japó transcorria com muito trabalho, alguns contratemplos determinados por intempéries e catástrofes naturais, mas sem grandes sobressaltos e longe da agitação operária. Essa calma e tranquilidade

da vida rural foi demais para Friedrich Kniestedt, homem que se julgava imbuído de uma *missão*.

Em 1917, em meio à greve geral que convulsionava o País, Kniestedt vendeu e distribuiu todos os seus bens entre os vizinhos e se pôs novamente na estrada com sua família. O destino dessa vez foi o Rio Grande do Sul, mais precisamente a cidade de Pelotas, importante pólo industrial da Região Sul. Contratado inicialmente como mestre de uma fábrica de escovas, Friedrich fica apenas quatro meses na função, mudando-se, então, para Porto Alegre onde participaria de toda a agitação anarquista da cidade, na organização de associações, fundações e redações de jornais, onde foi, como ele mesmo referiu “mais de 50 vezes [...] hóspede involuntário na chefatura de polícia” (Gertz, 1989, p. 126) até sua morte em 1947, depois de se dedicar, nos últimos anos de sua vida, à causa antinazista.

E Elisa? Tem-se poucas notícias dela a partir desse período. Ela acompanha o marido, mas depois que a família se fixa em Porto Alegre, Kniested apenas menciona a atuação de sua mulher no sentido de lhe evitar a prisão. Sobre apenas, além da foto que foi mencionada no início desta comunicação, a referência, nas notas do tradutor e organizador das *Memórias*, que Elisa faleceu em 1942.

Na verdade, foi exatamente o silêncio acerca da identidade de Elisa Hedwig Augusta Kniestedt que chamou a atenção de imediato: o seu nome não é mencionado uma vez sequer ao longo do texto que compõe a autobiografia de seu marido. Esse, nas poucas linhas que lhe dedica, trata-a sempre como *minha mulher* embora nomeie os filhos, os amigos, os companheiros de militância e até os policiais que o perseguiram.

Enquanto prosseguia a leitura das *Memórias*, uma pergunta ficava rondando os pensamentos: Por que relegar a companheira de tantas lutas, sacrifícios e – também, certamente, de alegrias – a condição de anonimato?

Essa indagação remetia à ponderação de Michelle Perrot de que “não há nada menos transparente do que uma autobiografia, feita para ocultar tanto quanto para revelar. Mas essas manipulações do esconder/mostrar levam, pelo menos, à entrada da fortaleza” (Perrot, 1991, p. 11).

Na autobiografia, encontra-se a liberdade do singular, do indivíduo, mas é, também, ao mesmo tempo, local de manifestação do social. Kniestedt fornece indícios, na redação de sua autobiografia, no espaço reservado à sua companheira, de sua visão do papel da mulher nas lutas sociais e políticas, visão essa com a qual compactuam muitos dos líderes do movimento operário da época.

O discurso operário quando tratava da mulher demonstrava uma nítida convergência com a construção de uma imagem idealizada de mulher veiculada também pelos discursos médico e jurídico da época mesmo que esses se situassem em campos político-ideológicos opostos.⁷ Características como

fragilidade, submissão, dependência, domesticidade e afetividade eram atribuídas às fêmeas *normais*, bem como restringiam sua atuação às lides domésticas e à maternidade.

Assim, a pouca visibilidade dada à ação de Elisa Augusta nas *Memórias* – descontando-se as idiosincrasias pessoais de Friedrich Kniestedt – são sintomáticas dos *esquecimentos* que compõem a memória histórica. Como lembra Eni Orlandi, “há um sentido no silêncio”, o silêncio não é a não-linguagem, mas ele significa em si, e o seu sentido é construído historicamente (Orlandi, 1993). Orlandi defende, ainda, a ideia de que “as palavras estão carregadas de silêncio” (1993, p. 69), pois “ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (1993, p. 75). Tem-se, assim, o que essa autora chama de silenciamento, ou seja, a dimensão política do silêncio. Ao falar *X*, encobre-se a significação de *Y* que significará por outros processos, fundando o que essa autora chama de *retórica da resistência*.

É dessa forma que Elisa fala através da autobiografia de seu marido: a longa espera nas recorrentes prisões do companheiro, os sacrifícios, as perdas e as lutas nas constantes peregrinações entre cidades e países distantes, no desenvolvimento de atividades que garantissem a sobrevivência do grupo familiar, seja por meio do estabelecimento de redes de solidariedade com a vizinhança, ou de atividades que resultassem em alguma remuneração. Há, ainda, indícios de sua atuação nas atividades políticas de Kniestedt, seja por meio de ardis e da astúcia desenvolvidos para livrá-lo do assédio policial – que ficam claros nas *Memórias* – ou através da ajuda na redação dos jornais sob a responsabilidade do marido.⁸

Embora a militância política seja frequentemente associada ao espaço público, ao mundo da rua, e, portanto, a um espaço de atuação predominantemente masculino, a trajetória de vida de Elisa Hedwig Augusta auxilia a tarefa de repensar o espaço do político já que, no seu caso, sua participação ocorre integrada com a esfera doméstica em nível do cotidiano. Assim, longe de fechar a questão, quer-se apenas contribuir por meio das informações levantadas neste texto com o rol de trabalhos que se preocupam com a identificação de novos espaços para a participação política feminina.⁹

Notas

¹ O filme foi dirigido por Eduardo Hirtz.

² Localizou apenas um disco de Cavaco, sem data de gravação, com o discurso *Alma gaúcha*, n. 773 do *Selo Gaúcho* da Casa Elétrica de Porto Alegre, que existiu de 1914 a 1919 (segundo RUSCHEL, Nilo. *Rua da Praia*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1971. p. 221). Porém, foram encontradas referências a outros quatro títulos: *Discurso de Carlos Cavaco ao povo no dia de sua liberdade* (n. 544), *Partido Socialista* (n. 559), *Operário* (n. 560) e *Gaspar Martins* (n. 772) (Ver SANTOS, Alcino et al. *Discografia brasileira 78 rpm, 1902-1964*. Rio de Janeiro: Funarte, 1982. v. 1, p. 458-467).

³ Henrique Martins, importante liderança sindicalista, também postulante de idéias anarquistas, é o irmão mais velho de Eulina, tio de Marat. Foi o primeiro irmão a vir para Porto Alegre. Aqui chegou em 1906, tipógrafo de profissão, participou, com Polydoro Santos da fundação da Escola Eliseu Réclus e da redação do jornal *A Luta*, em 1911, quando do acirramento da disputa pela direção da Forgs entre os socialistas, liderados por Xavier da Costa, e os sindicalistas. Respondeu a um processo-crime por calúnia e difamação movido contra ele por Xavier da Costa que lhe custaria além de 450\$000, quatro meses de prisão, caso não tivesse fugido para o Rio de Janeiro e adotado o pseudônimo de Cecílio Vilar. Processo-crime: n. 298, maço 15, estante 29, Arquivo público, Réu Henrique Martins, 1911.

⁴ Polydoro Santos era gráfico e jornalista, chegou a ser dirigente da Forgs, foi um dos fundadores da escola Eliseu Réclus, importante líder sindicalista-anarquista. Escreveu no jornal *A Luta* e era amigo pessoal de Zenon de Almeida e de Henrique Martins.

⁵ As *Memórias* foram originalmente publicadas em língua alemã por Kniestedt no jornal

antinazista *Aktion*, que editou entre 31 de março de 1934 e 10 de outubro de 1937.

⁶ Nino Antônio Martins, era um dos irmãos mais novos da família Martins, tipógrafo como os irmãos, e também anarquista, procurava organizar greves nos grandes jornais onde se empregava como *O Diário* e *A Última Hora*, utilizando, como forma de protesto, a sabotagem, empastelando páginas desses jornais. Devido à sua tática de militância também foi processado, e teve de sair de Porto Alegre, indo viver em São Paulo e no Rio de Janeiro; entretanto, envolveu-se novamente em agitações operárias sendo preso pelo governo Arthur Bernardes e depois deportado para a Clevelândia, espécie de prisão/campo de concentração para presos políticos no Oiapoque, onde veio a falecer um ano depois, em 1926. Processo-crime n. 949. Arquivo Público: Réu: Nino Martins. Maço 59, Estante 29, 1918.

⁷ Dentre outros trabalhos, podem ser citados: PETERSEN, Sílvia. A mulher na imprensa operária gaúcha do séc. XIX. *Revista de História*, Porto Alegre, n. 1, 1986-1987. RAGO, Margaret. Do cabaré e sexualidade In: PRIORI, Mary Del. (Orgs.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Unesp/Contexto, 1997. p. 578-606. ———. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORI, Mary Del. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Unesp/Contexto, 1997. p. 578-606.

⁸ A participação de Elisa na redação dos jornais é de difícil comprovação. Numa entrevista com René Gertz, este recordou correspondência pessoal de Kniestedt onde demonstrava um domínio parco da gramática da língua alemã. Segundo descendentes de Kniestedt, Elisa o auxiliava na revisão gramatical de seus artigos.

⁹ Essa discussão encontra-se presente, dentre outros trabalhos, em:

BERNARDES, Maria Elena. *Laura Brandão: a invisibilidade feminina de política*. 1995. Tese (Mestrado) – Unicamp, São Paulo.

BILHÃO, Isabel. Família e movimento operário: a anarquia dentro de casa. Estudos ibero-americanos. Porto Alegre: PUCRS, v. XXII, n. 2, p. 195-210, dez./1996.

BRITO, Maria Noemi Castilhos de. Mulher e política: público X privado In: TEIXEIRA, Sérgio Alves; ORO, Ari Pedro (Orgs.). *Brasil e França: ensaios de Antropologia Social*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991. p. 129-139.

Referências bibliográficas

BERNARDES, Maria Elena. *Laura Brandão: a invisibilidade feminina na política*. 1995. Tese (Mestrado em História) – Unicamp, Campinas.

CAGGIANI, Ivo. *Carlos Cavaco: a vida quixotesca do tribuno popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.

CAVACO, Carlos. *Lama!* romance de combate. Porto Alegre: s/ed., 1916.

DUARTE, Regina Horta. *A imagem rebelde: a trajetória libertária de Avelino Fóscolo*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1991.

GARCIA, Marco Aurélio. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. *Cadernos Pagu*, Campinas, Unicamp, p. 8-9, 1997.

GERTZ, René (Ed.). *Memórias de um imigrante anarquista*. Porto Alegre: EST, 1989.

HECKER, Alexandre. *Um socialismo possível: a atuação de Antonio Piccarolo em São Paulo*. São Paulo: Queros, 1988.

HOBBSAWM, Eric. *Os destruidores de máquinas. Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

KHOURY, Yara Aun. Edgar Leuenroth: uma vida e um arquivo libertários. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n. 33, p. 112-149, 1997.

LEITE, Miriam Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984.

MARÇAL, João Batista. *Comunistas gaúchos: a vida de 31 militantes da classe operária*. Porto Alegre: Tchê!, 1986.

_____. *Os anarquistas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1995.

_____. Carlos Cavaco, o primeiro agitador de Porto Alegre. *A Luta. Órgão Oficial do Partido Socialista Brasileiro*, Porto Alegre, n. 55, set./out. 1997.

ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio*. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

PERROT, Michelle. *História da vida privada*. v. 4. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

PESAVENTO, Sandra. *Os pobres da cidade: vida e trabalho: 1880-1920*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994.

PETERSEN, Sílvia R. F. *El proletariado urbano en Río Grande do Sul: 1888-1919*. México: Unam, 1977.

_____. A mulher na imprensa operária gaúcha do séc.XIX. *Revista de História*, Porto Alegre, n. 1, 1986-1987.

_____. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. *Anos 90*, Porto Alegre, UFRGS, n. 3, jun. 1995.

RAGO, Margaret. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil: 1890-1930)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORI, Mary Del. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Ed. da Unesp, Contexto, 1997.

RODRIGUES, Leoncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966.

ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. 1998. Tese (Mestrado em História) – Unicamp, Campinas.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Uma reflexão sobre o gênero biográfico: a trajetória do militante socialista Antônio Guedes Coutinho a partir da perspectiva de sua vida cotidiana (1868-1945)*. 1996. Tese (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre.

SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. *Povo! Trabalhadores!:* tumultos e movimento operário (estudo centrado em Porto Alegre, 1917). 1994. Tese (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre.

SILVA, Maria Amélia Gonçalves da. *Rompendo o silêncio: mulheres operárias em Pelotas e Rio Grande (1890-1920)*. 1998. Tese (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre.